

A. I. N° - 222553.0011/12-2
AUTUADO - WJM CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTES - GILSON HÉLIO SANTOS NOBRE
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 06.03.2013

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0022-02/13

EMENTA: ICMS. SIMPLES NACIONAL. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. **a)** FALTA DE ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO NAS MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **b)** ANTECIPAÇÃO PARCIAL. Na informação fiscal o autuante não refuta qualquer das reclamações feitas pelo impugnante, tão somente procedendo ao refazimento do demonstrativo do cálculo do lançamento. Intimado a se manifestar, o impugnante silenciou. Assim, nos termos do art. 140 do RPAF, o fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No auto de infração lavrado em 14/06/2012, foi efetuado lançamento de ICMS no valor total de R\$92.791,04, em razão das infrações a seguir relacionadas:

01 – Deixou e efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do SIMPLES NACIONAL, referente às aquisições nos meses de maio e junho e de agosto a dezembro de 2010, e de janeiro a dezembro de 2011, no valor total de R\$73.341,93, acrescido da multa de 60% .

02 - Deixou e efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação parcial, na condição de empresa optante do SIMPLES NACIONAL, referente às aquisições nos meses de setembro a novembro de 2009; fevereiro a maio e de julho a dezembro de 2010; janeiro a março e de maio a dezembro de 2011, no valor total de R\$19.449,11 acrescido de multa de 50% até fevereiro de 2010, e de 60% a partir de março do mesmo ano.

O autuado apresentou peça impugnatória ao presente lançamento de ofício às fls. 25/33, com os seguintes argumentos defensivos:

Em caráter preliminar suscita a nulidade por falta de clareza do demonstrativo de débito e e que de acordo com o CTN, art. 151, III, as reclamações e os recursos suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Pede diligência fiscal para constatação dos reais valores devidos.

No mérito, que diversas notas de devolução foram ignoradas pela autoridade fiscal e apresenta relação de notas fiscais devolvidas; argumenta também que o fisco não considerou a existência de pagamentos de algumas notas fiscais, conforme provas anexadas à impugnação. Suscita nulidade pelo disposto no art. 142 do CTN e que no levantamento fiscal, foi deixado de se considerar o desconto previsto em lei, que a autuada faz jus, conforme art. 352-A parágrafo 5º do RICMS/BA 97.

Aduz ainda que foi lançado ICMS por substituição tributária na entrada de mercadorias denominadas como brindes, a exemplo da nota fiscal 2509 de 25/06/2010; que a nota fiscal 140520 foi extraviada, não tendo recebido as mercadorias relativas, mas foi relacionada pela autoridade fiscal.

Que quanto às notas fiscais 000598 de 25/05/2011, não houve aquisição junto ao fornecedor ZANDOW IND CALÇADOS e que para o cálculo do ICMS da nota fiscal 248686 de 22/07/2011 do fornecedor ADIDAS, não foi observada a correta forma de tributação, pois as mercadorias não estão na substituição tributária e que o correto seria antecipação parcial; que a nota fiscal 7278 de 04/10/2011, da empresa META IND DE CALÇADOS, foi encaminhada conforme demonstrado no próprio documento, pra servir de amostra de produto disponível e que a tributação é indevida.

Que ingressou ação judicial contra a empresa DALCENTER IND CALÇADOS, por haver simulado operação comercial e emissão fraudulenta de título de crédito, advindo de negócio jurídico inexistente, e assim nega haver recebido as mercadorias da NF 4089 de 11/11/2011. Apresenta as respectivas provas e pede a elaboração de nova planilha de demonstrativo de débito.

O autuante, às fls. 138/139, informa que diante dos documentos apresentados pelo autuado, procedeu à verificação e regularidade nos recolhimentos do ICMS ST e antecipação parcial, reconhecendo que várias notas fiscais constam como devolvidas, havendo também casos de descontos legais não considerados, assim como das notas de brinde, que foram segregadas, e também das notas fiscais não adquiridas. Acata as alegações e refaz os demonstrativos com as devidas correções, conforme fls. 139/145.

À fl. 147, na data de 30/07/2012, o impugnante foi intimado a tomar ciência da informação fiscal, em razão da juntada aos autos de novos demonstrativos, sendo lhe concedido prazo de 30 dias para querendo, se manifestar, tendo o aviso de recebimento anexo à fl. 148 atestado o recebimento em 06/08/2012, não havendo manifestação do impugnante. Às fls. 149/154 consta parcelamento de valores do auto de infração.

VOTO

O impugnante, inicialmente pede a nulidade do auto de infração sob a justificativa de que o demonstrativo não possui clareza. Da análise do demonstrativo, constato que embora não possua totalizadores mensais, a demonstração do cálculo é autoexplicativa, não carecendo de elementos para o seu entendimento, e os valores totais mensais são supridos pela simples conferência e somatória dos lançamentos analíticos feitos na planilha. Assim, não acato o pedido de nulidade.

Quanto ao pedido de diligência, considero-o prejudicado pelo fato do próprio autuante ter reconhecido a existência de erros nos documentos considerados para o lançamento, e refeito o cálculo da planilha às fls. 139/145, com intimação para manifestação acerca dos novos cálculos, sem que o impugnante tenha voltado a apontar qualquer falha do demonstrativo.

No que diz respeito à suspensão da exigibilidade calcada no art. 151, III, do CTN, acerca das reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, esta suspensão naturalmente ocorre até o trânsito em julgado do recurso administrativo.

Quanto ao mérito, na informação fiscal o autuante não refuta qualquer das reclamações feitas pelo impugnante, tão somente procedendo ao refazimento do demonstrativo do cálculo do lançamento. Intimado a se manifestar, o impugnante silenciou. Assim, nos termos do art. 140 do RPAF, o fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas. Dessa forma, analisando o demonstrativo feito pelo autuado, ficam as duas infrações refeitas da seguinte forma:

INFRAÇÃO 01

MÊS	DATA OCORR.	DATA VENC.	VALOR
AGOSTO 2010	31/08/2010	25/09/2010	6.735,04
SETEMBRO 2010	30/09/2010	25/10/2010	2.597,43
OUTUBRO 2010	30/10/2010	25/11/2010	3.478,75
NOVEMBRO 2010	30/11/2010	25/12/2010	2.890,09
DEZEMBRO 2010	30/12/2010	25/01/2011	2.310,10
JANEIRO 2011	31/01/2011	25/02/2011	2.574,82
FEVEREIRO 2011	28/02/2011	25/03/2011	1.127,34
MARÇO 2011	31/03/2011	25/04/2011	149,09

MAIO 2011	31/05/2011	25/06/2011	384,31
JUNHO 2011	30/06/2011	25/07/2011	1.722,33
JULHO 2011	31/07/2011	25/08/2011	6.783,35
AGOSTO 2011	31/08/2011	25/09/2011	8.578,50
SETEMBRO 2011	30/09/2011	25/10/2011	8.638,10
OUTUBRO 2011	31/10/2011	25/11/2011	9.449,01
NOVEMBRO 2011	30/11/2011	25/12/2011	2.018,28
DEZEMBRO 2011	31/12/2011	25/01/2012	1.236,76
		TOTAL	60.673,30

INFRAÇÃO 02

MÊS	DATA OCORR.	DATA VENC.	VALOR
SETEMBRO 2009	30/09/2009	25/10/2009	131,52
OUTUBRO 2009	31/10/2009	25/11/2009	78,13
NOVEMBRO 2009	30/11/2009	25/12/2009	182,08
FEVEREIRO 2010	28/02/2010	25/03/2010	149,25
MARÇO 2010	31/03/2010	25/04/2010	115,20
ABRIL 2010	30/04/2010	25/05/2010	187,73
MAIO 2010	31/05/2010	25/06/2010	276,59
JULHO 2010	31/07/2010	25/08/2010	61,18
AGOSTO 2010	31/08/2010	25/09/2010	25,99
SETEMBRO 2010	30/09/2010	25/10/2010	1.024,61
OUTUBRO 2010	31/10/2010	25/11/2010	261,65
NOVEMBRO 2010	30/11/2010	25/12/2010	670,86
DEZEMBRO 2010	31/12/2010	25/01/2011	1.762,35
JANEIRO 2011	31/01/2011	25/02/2011	14,08
FEVEREIRO 2011	28/02/2011	25/03/2011	386,46
MARÇO 2011	31/03/2011	25/04/2011	515,67
MAIO 2011	31/05/2011	25/06/2011	1.482,91
JUNHO 2011	30/06/2011	25/07/2011	1.203,46
JULHO 2011	31/07/2011	25/08/2011	1.166,25
AGOSTO 2011	31/08/2011	25/09/2011	1.111,40
SETEMBRO 2011	30/09/2011	25/10/2011	2.195,47
OUTUBRO 2011	31/10/2011	25/11/2011	3.548,83
		TOTAL	16.551,67

Constato que de acordo com as fls. 154/163, o impugnante quitou integralmente a infração 02, fazendo-o parcialmente quanto à infração 01, valores estes que deverão ser homologados pelo órgão competente.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **222553.0011/12-2** lavrado contra **WJM CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$77.224,97**, acrescido das multas de 60% sobre R\$76.683,99 e de

50%, sobre R\$540,98 previstas no artigo 42, inciso II, d e I, b, item 1, lei 7.014/96, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de fevereiro de 2013

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR